

A FRONTEIRA ESTRATÉGICA OU AÇÃO (AÇÕES) ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA CALHA NORTE (PCN)

The strategic frontier or strategic action (actions) of the Calha Norte Program (PCN)

La frontera estratégica o acción (acciones) estratégica del Programa Calha Norte (PCN)

Moisés Daniel de Sousa dos Santos¹

RESUMO

O Programa Calha Norte (PCN) teve a sua concepção inicial como um “projeto” em 1985 e em 1997 tomou novos rumos dentro da sua executabilidade, passando a ser chamado de Programa Calha Norte. A Calha Norte tem gerido como um campo fértil como fonte de pesquisas de cunho acadêmico em especial temática a defesa e a preservação da região Amazônica. Muito embora os seus objetivos sejam direcionados para a defesa bélica das fronteiras através dos convênios firmados e das parcerias firmadas entre os governos Federal, Estadual e Municipal, a priori o Programa Calha Norte enfatizava somente a defesa fronteiriça entre os municípios brasileiros com os países vizinhos, mas os leques de questões se estenderam e os seus gerenciadores passaram a vislumbrar outras situações que exigiam de imediato também serem arguidas em soluções das quais o povo dessa região necessitava. Este trabalho traz uma visão geral do que representa o PCN e da sua tamanha importância para as relações internas e externas de caráter político, social e econômico. São muitas as fontes que abrangem este enunciado, pois uma região continental e de vertentes mil não nos permite definir, mas em busca dos conhecimentos para uma aplicabilidade conceituamos dentro das leis que o define como um Programa de Políticas Públicas. O primeiro capítulo nos traz um desenho institucional do Programa com os seus objetivos e conceitos, no capítulo seguinte apresentamos o PCN como Política Pública de Segurança e concluindo este trabalho abordamos as Regiões que abrange o Programa Calha Norte.

Palavras-chave: Defesa Fronteiriça. Política Pública de Segurança. Programa Calha Norte.

ABSTRACT

The Calha Norte Program (PCN) had its initial conception as a “project” in 1985 and in 1997 it took new directions within its executability, starting to be called the Calha Norte Program. Calha Norte has managed as a fertile field as a source of academic research, in particular thematic defense, and preservation of the Amazon region. Even though its objectives are directed towards the defense of the borders through the signed agreements and partnerships established between the Federal, State and Municipal governments, a priori the Calha Norte Program only emphasized the border defense between Brazilian municipalities and neighboring countries, but the range of questions expanded and its managers began to envision other situations that immediately demanded that they also be asked for solutions that the people of that region needed. This work provides an overview of what the PCN represents and its importance for internal and external relations of a political, social and economic nature. There are many sources that cover this statement, as a continental region with thousands of strands does not allow us to define, but in search of knowledge for an applicability, we conceptualize it within the laws that define it as a Public Policy Program. The first chapter brings us an institutional design of the Program with its objectives and concepts, in the next chapter we present the PCN as a Public Security Policy and, concluding this work, we approach the Regions covered by the Calha Norte Program.

¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: moises_daniell@hotmail.com

Keywords: Border Defense. Public Security Policy. North Channel Program.

RESUMEN

El Programa Calha Norte (PCN) tuvo su concepción inicial como “proyecto” en 1985 y en 1997 tomó nuevos rumbos dentro de su ejecubilidad, pasando a denominarse Programa Calha Norte. Calha Norte se ha manejado como un campo fértil como fuente de investigación académica, en particular la defensa temática y la preservación de la región amazónica. Si bien sus objetivos están orientados a la defensa de las fronteras a través de los acuerdos firmados y las alianzas establecidas entre los gobiernos Federal, Estatal y Municipal, a priori el Programa Calha Norte solo enfatizó la defensa fronteriza entre los municipios brasileños y los países vecinos, pero el rango de Las preguntas se expandieron y sus gerentes empezaron a vislumbrar otras situaciones que de inmediato demandaron que también se les pida soluciones que la gente de esa región necesitaba. Este trabajo ofrece una visión general de lo que representa el PCN y su importancia para las relaciones internas y externas de carácter político, social y económico. Son muchas las fuentes que cubren este planteamiento, pues una región continental con miles de hilos no nos permite definir, pero en busca de conocimiento para una aplicabilidad, lo conceptualizamos dentro de las leyes que lo definen como Programa de Política Pública. El primer capítulo nos trae un diseño institucional del Programa con sus objetivos y conceptos, en el siguiente capítulo presentamos al PCN como Política de Seguridad Pública y, concluyendo este trabajo, nos acercamos a las Regiones cubiertas por el Programa Calha Norte.

Palabras clave: Defensa Fronteriza. Política de seguridad pública. Programa del Canal Norte.

INTRODUÇÃO

Devido a sua localização ao norte do Rio Amazonas o programa que nascera para consolidar e fomentar o desenvolvimento desta região recebeu o nome de “Projeto” Calha Norte. Desde os idos de 1999 o Ministério da Defesa é quem gerencia o patrulhamento nesta área continental, pois a sua maior intenção é a de promover o desenvolvimento regional e atuando como mantenedora da segurança nacional que esta região necessita devidos os muitos olhares estrangeiros voltados para os seus muitos e diversificados valores.

O “Projeto” Calha Norte prioritariamente emergiu para a proteção fronteiriça, mas os muitos tipos de dificuldades existentes o fizeram agir nos focos das dificuldades. O PCN foi criado em 1985 com o intuito de promover o desenvolvimento e a ocupação ordenada da Amazônia Setentrional, sem burlar os seus aspectos culturais e regionais integrando esses valores e harmonizando assim os muitos interesses nacional e internacional. Ministério da Defesa, os Estados e as Prefeituras são os executores deste programa através dos recursos orçamentários advindos dos programas de fomentação de infraestrutura e aquisição de equipamentos para o desenvolvimento do que se predispõe o Projeto.

Devido a sua singularidade em estimular o desenvolvimento a partir do envolvimento comunitário, o PCN depara-se com os desafios de mudança de mentalidade no que tange às

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

fronteiras e aos municípios mais carentes componentes desta região. Esta área não é mais longínqua, mas que necessita ser olhada pelos governos das três esferas para que o povo amazônica seja parte integrante efetivamente e não por ocasiões ou situações de riscos.

O PCN atende os municípios como forma gestora do desenvolvimento de um todo para o crescimento e desenvolvimento das populações. O Brasil faz fronteira com dez países Sul-americanos o que incita a reforçar estrategicamente esta região para uma alta competitividade do País, por isso o incremento miliciano para a integração efetiva do continente através do Ministério da Defesa.

Os muitos tipos de dificuldades são fatores encorajadores para que este Projeto venha a ser desenvolvido com precisão cirúrgica, pois historicamente os acessos a bens e serviços públicos de qualidade ou eficiência são decorrentes da falta de coesão social, dos tipos; segurança pública e cidadania, o desenvolvimento dos municípios que compõem a Calha Norte tem como diretriz configurar-se no cenário nacional como uma região sustentável e de desenvolvimento.

São cento e noventa e quatro municípios componentes de seis estados da Federação que atualmente compõem este Programa. Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima. Noventa e cinco desses municípios são fronteiriços ao longo dos 10.938 km. O PCN atua numa área habitada por 48% da população indígena, corresponde a 32% do território nacional com aproximadamente oito milhões de pessoas que vivem nesta área.

Ainda são grandes as áreas inóspitas que precisam ser resguardadas, pois as terras que compõe a Calha Norte são de muito interesse de cunhos pessoais ou setentrional e isso impossibilitaria um avanço fronteiriço político no resgarde e no desenvolvimento desta região, motivando assim que as forças militares sejam patrulheiros efetivos para que haja o engrandecimento deste país. As ações das quais atua o Ministério da Defesa são duas; manter a soberania nacional e a integridade do território nacional, com isso oferece o apoio aos governos estaduais e por consequência os governos de cada município para o desenvolvimento regional.

Vertente Militar foi o nome dado a manutenção da soberania e a integridade do território do PCN, na primeira etapa de sua implantação o foi chamado de Projeto Calha Norte, mas viu-se que a dimensão territorial para a expansão e desenvolvimento e cuidados exigiam uma visão mais ampla onde pudesse contemplar o todo e não somente a guarda fronteiriça. O êxodo que vem acontecendo de forma gradual tem sido um fator preocupante para que o PCN seja intensificado em suas ações e nas áreas de atuação. Tal esvaziamento demográfico e a intensificação dos atos

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

ilícitos, tais como posses e grilagens, transportes de cargas e outros nas regiões de fronteira requereu do Ministério da defesa diretriz estratégica e eficaz para o combate eminente.

O Programa Calha Norte nos últimos anos tornou-se referência e ganhou reconhecimento por suas atuações em corrigir e até coibir algumas modalidades do ilícito nas terras amazônicas. Para uma efetiva e certificada ação baixou-se uma Portaria Normativa com a finalidade de estabelecer, regulamentar e fomentar as Diretrizes Estratégicas para o Departamento do Programa Calha Norte.

Regulamenta as Diretrizes Estratégicas para o Departamento do Programa Calha Norte.

- A) Orientar a destinação de recursos orçamentários oriundos de emendas parlamentares, segundo os objetivos estratégicos do Programa.
- B) Orientar os governos estaduais e municipais da área de atuação do PCN a respeito das normas e legislações pertinentes à elaboração de convênios, contidas no manual “Convênios: Normas e Instruções” que está à disposição na internet, no site do Ministério da Defesa.
- C) Assegurar no âmbito das forças Armadas a aplicação dos recursos do PCN, com exclusividade na região amazônica.

Este documento vigora critérios para a alocação das emendas parlamentares e recebe o título de “Critérios para Apresentação de Propostas de Convênios”. O qual contempla em realizar convênios com o Ministério da Defesa para a realização de obras pertinentes.

Origem e Desenho Institucional do Projeto Calha Norte

Os indicadores dos desempenhos elaborados pelo Ministério da Defesa para o Programa Calha Norte norteiam a origem e o desenho institucional do PCN na sua vertente e o define como política pública de segurança, defesa e desenvolvimento da região.

A implantação do PCN contou com diversos atores por assim dizer. Em 1985 para que houvesse um consenso, Forças Armadas, FUNAI, Ministério da Integração Regional, Sociedade Civil Organizada e Presidência da República começavam as negociações através de levantamentos e de dados contundentes que davam a certeza de que algo efetivo deveria ser atenuado para a região da Amazônia como defesa e de desenvolvimento (COSTA, 1994). Algumas pesquisas detalhavam o quadro político, institucional e jurídico que contribuiu significativamente para que o PCN saísse do papel para tornar-se uma realidade.

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

Rodovias, portos, hospitais, escolas, a ocupação ordenada tendo em vista a forma sustentável que a Amazônia oferece a todos, foram vieses que esta rica região dispôs para a sustentabilidade, tudo isso formaram os pares de objetos contudentes para que a PCN tornasse uma realidade. Além da seguridade às fronteiras que concorrem para o narcotráfico, às forças aliadas de fomento para o PCN não visou somente à segurança fronteiriça, mas a lapidação do franco desenvolvimento desta região.

O agravamento que ainda mantém na região configura-se uma das muitas etapas das quais o “Projeto Calha Norte” precisou ser rebatizado com o nome de Programa Calha Norte, pois havia e há inúmeras etapas a serem vencidas. A segurança das fronteiras é apenas uma delas, outra que nos remetemos é o êxodo demográfico que de forma assustadora vinha ocorrendo, pelo não fomento de programas governamentais e pela distancia entre a sede dos governos das esferas estadual e federal. Um fator preponderante para isso era a falta de representantes da região para buscar e encontrar meios de gerir emprego, renda e segurança.

Para Silva Costa (2002, p. 18), o ciclo político ganha a sua forma real após transformar-se em programa, esta transformação recebe o status de política, ou seja, é neste íterim que as metas, os objetivos, os recursos e as estratégias de implementação se definem. As condições iniciais, por assim dizer são antecessores da implementação.

O Programa tem duas características fundamentais para que se torne em uma ação pública convergente. 1) Objetivos e 2) Metodologia a ser aplicada para que haja êxito de intento. A falta de convergência dificultaria a implementação, portanto, está diretamente ligada pela capacidade de operacionalidade em alcançar em todas as dimensões das quais o Programa proclama nos seus autos. (UNICAMP, 1999, p. 107).

Os objetivos e estratégias que determinam explicitamente como um Programa de Ação Pública o PCN está nas páginas da PORTARIA NORMATIVA Nº 1185-SPEAI/MD, DE 13 DE SETEMBRO DE 2007.

O Objetivo Geral

O Programa Calha Norte traz como objetivo principal o exacerbar politicamente, ou seja, o Poder Público constituído estar presente para resguardar e demarcar como área de ação e contribuir com a sua legalidade para a Defesa Nacional e fixar o amazônida definitivamente na região para que não ocorra o êxodo demográfico, mais a expansão dos seus valores.

Os Objetivos específicos

- ▶ Presença do Poder Público na área de atuação do PCN.
- ▶ Contribuir diretamente para a Defesa nacional.
- ▶ Assistir e valorizar às suas populações da área de atuação do PCN.
- ▶ Fixar o homem na área de atuação do PCN.
- ▶ Promover o desenvolvimento sustentável para a fixação do amazônida.
- ▶ Ocupar áreas remotas e inóspitas estrategicamente.
- ▶ Integrar a população à cidadania e ao convívio nacional.
- ▶ Melhorar o padrão de vida das populações da área de atuação do PCN;
- ▶ Modernizar o sistema de gestão municipal da área de atuação do PCN.
- ▶ Fortalecer as atividades socioeconômicas estaduais e municipais da área do PCN.

A fim de alcançar os objetivos propostos pelo PCN foram criteriosamente elaboradas diretrizes em consonância estratégicas.

- a) Implantar e melhorar a infraestrutura básica nas áreas de Econômica, Defesa de, de Saúde, Educação, Social e de Transportes nos municípios da área de atuação do Programa Calha Norte, oferecendo condições para que o homem na Região se fixe definitivamente.
- b) Melhorar a assistência à qualidade de vida das populações atendidas;
- c) Socializar com as comunidades isoladas aumentando assim a presença do Estado na Região.
- d) Intensificar a troca de informações e articular com órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, identificando as necessidades de obras supra importantes de infraestrutura na área de atuação do Programa.
- e) Aplicar os recursos financeiros do PCN nas obras de infraestrutura, com a iminência de produzir renda e emprego, fortalecendo a cadeia produtiva, tornando as condições de vida e a fixação do homem nas suas localidades, sendo que as aplicações orçamentárias devem abranger todas as áreas consideradas de caráter social, de acordo com o art. 26 da Lei nº 10.522/2002.

A logística do PCN recebe o apoio direto das Forças Armadas, tais como: Marinha, Exército e Aeronáutica, que atuam em uma extensão de 10.938 km de fronteiras que compreende do município de Oiapoque no Amapá até o extremo sul de Rondônia. O Programa atende cerca de oito milhões de moradores com: esporte, educação, defesa, transporte, segurança e na aquisição

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

de equipamentos e viaturas com os repasses financeiros advindos das parcerias entre os governos municipal, estadual e federal.

O Brigadeiro Roberto Dantas é o diretor do Programa Calha Norte: “É importante proporcionar assistência à população fixando o homem na sua localidade de origem.” É como defende ele a aplicabilidade e o fomento de emprego e renda dentro do PCN. Para o Brigadeiro, a melhor maneira de se proteger a fronteira e resguardar a soberania do lugar é fixando e valorizando o homem da região na sua região e para isso é preciso oferecê-los condições para isto.

Os acontecimentos na área de fronteira, a existência de mecanismos jurídicos e a articulação institucional e como um peso maior a influencia dos militares politicamente em especial os ligados as Conselho de Segurança Nacional, mediante a Secretaria Geral e o endorso da Presidência da República formavam os componentes mais do que necessários para a formação do chamado Grupo de Trabalho.

Os movimentos indigenistas se manifestaram contra a criação, pois os mesmos acreditavam que o PCN viria como um disfarce para a tomada das suas terras, o tema defesas e de soberania ecoava como apenas estratégia, colocando os Pelotões de Fronteiras o que os mesmos consideravam uma ameaça à cultura e a sobrevivência dos índios residentes na fronteira.

O Programa Calha Norte já esteve ligado a vários ministérios, mas foi o fulcro na legalidade com a promulgação da Carta Constituinte de 1967 que o validou efetivamente.

- 1985 - SG/CSN e Secretaria de Planejamento (SEPLAN)
- 1985 a 1988 – Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN)
- 1988 a 1990 – Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (SADEN)
- JAN a JUL / 1999 - Ministério Extraordinário de Projetos Especiais (MEPE)
- 10/06/99 até os dias atuais - Ministério da Defesa (Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais e Departamento de Política e Estratégia).

É possível notarmos que o PCN nascera com um intuito militar e passou por inúmeras mudanças para que as práticas das quais beneficiem os amazônidas sejam perenes e eficazes. Em entrevista concedida o gerente do PCN em 2006, o Coronel do Exército Brasileiro Roberto de Paula Avelino detalha as muitas transformações ocorridas o programa.

Esse programa, ele era militarizado, porque o Programa Calha Norte era para atender a parte militar [...] e tinha o Programa de Auxílio Financeiro à Faixa de Fronteira, que pertencia à SAE, que fazia aquelas obras civis da faixa de fronteira. Então a extinção da SAE, e com a vinda do Programa Calha Norte para o Ministério da Defesa, e o Programa de Auxílio Financeiro à faixa de fronteira para o Ministério da Integração Nacional, o Programa, ele revitalizou quando foi incluída dentro do programa a ação voltada para o

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

desenvolvimento regional, que é exatamente a implantação de infraestrutura básica nas comunidades carentes e apoio à comunidade carente também [...] então o programa ficou mesclado, com ações voltadas para a manutenção da integridade, da soberania nacional, e também ações voltadas para o desenvolvimento regional. (Entrevista fornecida em Brasília, em 5 de dezembro de 2006.)

O PCN é um Programa Nacional, portanto, necessita da aprovação de todos os seus projetos e recursos pelo Congresso Nacional, ou seja, segue todos os ritos que circundam o PPA conforme o Art. 165, § 4º da Constituição Federal Brasileira. Os recursos aprovados são definidos como um programa estratégico do PPA devido ter competência de continuar e garantir as transformações socioeconômicas que o país necessita, de caráter prioritário para o Governo Federal.

O Programa Calha Norte não recebe ordens ou é terceirizada por nenhum tipo de governo ou associação, ela segue normas e critérios rigorosos, haja vista, este programa atender as necessidades socioeconômicas emergenciais e de desenvolvimento para a federação.

Conceituação

De acordo com o Ministério da Defesa a portaria Normativa nº 3.353/MD são apresentadas para um melhor entendimento das diretrizes propostas pelo corpo diretor e pelas sociedades que compõem o conselho gestor e mantenedor as do Programa as seguintes conceituações:

PLANO PLURIANUAL (PPA)

É o instrumento de planejamento estabelecido de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas no que tange a administração pública federal para subsidiarem as despesas de capital ou outras decorrentes com o fim de manter a educação continuada conforme prescrito no art.165 da Constituição Federal de 1988. O PPA declara ainda os pactos com a sociedade, organiza as ações de governo em busca do seu melhor desempenho enquanto gerenciador da República e fomenta a viabilidade dos objetivos fundamentais da Federação.

O Plano Plurianual (PPA) tem nos seus regimentos as ferramentas de poder para as execuções dos objetivos, é este Plano que arguirá e fará com que os repasses de ideias e a sua aplicabilidade seja efetuada. O pacto firmado entre a sociedade e o governo é mantido como uma

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

ponte que não deve ser burlada, pois o PPA tem a função mantenedora desta ligação tão importante para o perfeito desenvolvimento dos projetos e ações.

PROGRAMAS INSTRUMENTAIS DE ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL

Este Programa visa à concretização dos objetivos pretendidos. O Programa Temático 2058 – Política nacional de Defesa traz no seu Plano Plurianual a agenda do governo conforme os temas de Políticas Públicas e orienta as ações do governo. Ela tem o poder da multissetorialidades, ou seja, representa os desafios e organiza a gestão, realiza o monitoramento, faz a avaliação e as transversalidades na aplicação da territorialidade.

O Programa Temático nasce como objetivo de expressar o que deve ser desenvolvido, refletido nas situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de iniciativas que incidam no desdobramento territorial. A entrega de bens e serviços à sociedade são as iniciativas, resultante das ações coordenadas com o uso dos recursos orçamentários e outras ações normativas e institucionais, tais como os do pacto firmado entre Estado, Sociedade e federados que compõem a integração de políticas públicas.

Fortalecer o Programa Calha Norte de maneira que venha a contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento e a manutenção da integridade e soberania da região componente do Programa é o que rege o PPA atual para o período compreendido 2012-2015 e enquadra as ações dos repasses orçamentários do PCN inserido no objetivo 0520.

AÇÃO

Opera nos resultados que contribuam no atendimento do objetivo do programa, tais como bens e serviços. A implementação é o resultado do enquadramento das ações em classe a partir das suas ações das atividades das realizações de projetos e das operações especiais. As operações especiais poderão a vir fazer parte do Programa quando se fizer necessária à sua contribuição na execução dos objetivos.

Toda ação parte dos levantamentos prévios, havendo a necessidade da execução das quais as classes precisem receber a ação todo um aparato se fará dispor para a realização desta parte do

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

qual o Programa se dispõe e nenhum de seus componentes da ação se eximirá da linha de frente, inclusive, a ação do grupo de operações especiais, que não agirá somente para manter a ordem, mas como agentes executores das ações dão quais lhe caberão.

A ação é um ato proeminente e indiscutível, pois, é ela que elevará o grau de desenvolvimento e envolvimento direto com o Programa. Essa diretriz mede a eficiência entre os projetos a serem desenvolvidos dentro do PCN. Todos os parceiros que compactuam desta modalidade estão intrinsecamente ligados e atados para prestar com desenvoltura e avidez os serviços dos quais o Programa requer.

As ações do Programa calha Norte constituem-se:

1) Vertente Militar:

Desenvolver a sustentabilidade da Região da Calha Norte, estas ações contemplam quatro Planos Orçamentários, quais são:

Plano Orçamentário 0001 - Adequação de Embarcações para Controle, Segurança da Navegação Fluvial e Infraestrutura na Região da Calha Norte.

Plano Orçamentário 0002 - Infraestrutura de Unidades Militares na Região da Calha Norte.

Plano Orçamentário 0003 - Logística Operacional para apoio às atividades da Calha Norte.

Plano Orçamentário 0004 - Manutenção de Aeródromos na Região da Calha Norte.

2) Vertente Civil

Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região da Calha Norte. Fixar um corpo gerenciador local em cada município para atender como uma ouvidoria, uma ponte entre os diretores do PCN e os gestores de cada localidade.

PROJETO

É o instrumento que direcionará o desenvolvimento das ações propostas a ser aplicado do Programa Calha Norte com incidência ao produto final que é contemplação dos projetos. Sem o projeto preestabelecido, ficaria impossível atingir o objetivo do Programa, pois são muitas as ações pertinentes que abrangem, partindo da adoção do corpo administrativo ao programa físico do Programa, portanto se faz de grande necessidade que as ações partam de um projeto.

Este instrumento envolve uma gana de operacionalidade em consonância com o tempo de aplicabilidade, ou seja, o resultado é o produto adquirido que se tornará concorrente para a

expansão e do aperfeiçoamento das ações promovidas pelo governo. A elaboração do projeto parte de um levantamento dos quais as comunidades a serem beneficiadas arguem conceitualmente, tipificando as suas supras necessidades, daí a razão em planejar e direcionar as suas aplicações.

O Programa Calha Norte como Política Pública de Segurança, Defesa e de Desenvolvimento Regional

Política de Defesa: Definição

O pensamento geopolítico brasileiro basilar a nova PDN, ou seja, segue uma tradição, com a diferença exima de não seguir os mesmos preconceitos da Era da Bipolaridade e do mantido conceito da necessidade da segurança interna. É notório que se tratando de valores em cima da biodiversidade e de interesse mundial, não se pode descartar um confronto nuclear do tipo Guerra Fria por interesses bilaterais e condicionados a descobrir para dominar. Esta máxima está nos anais dos conchavos políticos que servem a todos, caso não haja a cooperação de um dos detentores ou outro tende a precipitar de encontro, causando assim uma disputa de interesses sócios econômicos.

O mundo enquanto se entende por Mundo, vive os muitos conflitos de interesses que faz com que um país busque meios de defender as suas fronteiras e resguardar os seus bens como a biodiversidade, suas leis e seu povo. Para muitos, as defesas que partem do diálogo não surtem o efeito esperado, veem-se os fatos dos conflitos entre os Estados Unidos da América, Irã e Coréia do Norte, por haver fortes indícios de que o Irã esteja construindo armas nucleares a partir do enriquecimento de urânio, por outrem a Coréia do Norte já tem em seu arsenal a bomba atômica.

Numa óptica bélica os riscos que os americanos do norte correm com o Irã são menores do que com a Coréia do Norte e isso faz com que os ministros, Conselhos da ONU, e outros órgãos internacionais se arvoreem em encontrar uma solução pacífica para que não haja a precipitação dos fatos. As contendas entre protestantes e católicos na Irlanda do Norte ou ainda os muçulmanos e católicos ortodoxos nos Bálcãs e no Oriente Médio não são a tônica dos conflitos contemporâneos, as disputas étnicas, religiosas e nacionais não são a máxima dos conflitos internacionais, mas os paradigmas que norteiam contraditoriamente as generalidades simplificadas da Era da bipolaridade.

Esta é uma discussão linear por se tratar de paradigmas que tem na sua raiz convivência comungada pelos estatais e não estatais seguindo a multiforme interação que comporte o ambiente

internacional dos últimos 20 anos, ou seja, um referencial analítico percebido teoricamente que a ruptura interestatal é menos ou de menor impacto do que a política.

Por outrem, a presença de outros fatores e agentes que fomentam este processo de política global, expressa as suas novas formas de interação, sendo um agente efetivo dos fechamentos acordados pelos governos do mundo, alterando relativamente os processos de entendimento social atual traçando novos parâmetros com relação à antiga bipolaridade. Na lateralidade das ações encontradas ou que se busquem para solucionar os conflitos a prática bélico-político dos grupos terroristas inundando de métodos não tão convenientes, causam nos intelectuais imersões inovadoras no que tange a explicação da forma, dinâmica, execução e comportamento dos grupos que reagem das múltiplas potencialidades de ações terroristas.

A função de defesa da Nação é uma atividade dirigida pelo Estado com o objetivo de dar-lhe proteção contra uma possível ameaça exterior que possa atentar contra sua integridade, e nela de estar centrada a política militar. A economia da defesa é destinação e administração de recursos para cobrir as necessidades que surgem daquela atividade estatal. A organização da defesa é a estrutura em que ela deve estar articulada para exercer a sua função. E, por último, a Política de Defesa deve ser um tema consistente de critérios para articular e orientar os outros conceitos (MENEZES, 1988, p. 01)

Exacerba assim, o confuso e complexo quadro das relações internacionais que exige uma efetiva e criteriosa reflexão teórica sobre as causas que causarão a inteligibilidade das forças que caminha rumo à paz e a guerra. A Política de Defesa Nacional não medirá esforços para identificar os anseios de segurança que parte do governo central.

A Valorização da Defesa da Amazônia

Com este subtema objetiva-se apresentar o PCN como o resultado da política que valoriza de forma exacerbada e merecida a Amazônia, identificando os pressupostos requisitos para a fomentação dos convênios entre o Programa Calha Norte e Ministério da Defesa.

Segundo Souza e Castro (2006, p. 42), a ideia de defender o território da Amazônia, tornou-se relevante e imprescindível a permanência e o estabelecimento do Exército nos idos de 1753. Eles defendem, por conseguinte, que as incursões realizadas por Francisco Caldeira Castelo Branco, não objetivavam a defesa, pois Castelo Branco era um explorador e agia como um sertanista, ainda que tenha vislumbrado na ideia de investida francesa no litoral do Maranhão.

Em 1753, a coroa portuguesa decidiu investir numa política mais sistemática para o reconhecimento do território e dobrar o cuidado com a defesa, pois a defesa da Amazônia era

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

quase que inexistente em 1822, ainda que a capitania geral do Pará fosse formada por uma vasta área correspondente aos estados do Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá tornara-se inoperante o patrulhamento de apenas três regimentos de infantaria e uma fração constituída de cavalaria, significando que na prática toda esta imensa área estava descoberta, portanto, desprotegida de quais quer que fossem os intentos contra esta região.

As forças militares responsáveis pela defesa das fortalezas e pelo interior da Amazônia, que na época formava a capitania do Rio Negro, eram igualmente inexpressivas. [...] não só a presença do Exército continuava inexpressiva, como também não se pode atribuir a ela a constituição e a defesa das atuais fronteiras brasileiras [que foram definidas diplomaticamente na segunda metade do século XIX] (SOUZA; CASTRO, 2006, p.60).

A basilação que de Sousa e Castro (2006) com relação à valorização dos milicianos que patrulhavam a Amazônia partiu dos fatos advindos da representação simbólica e não contingente na Guerra dos Guararapes, fato este que culminou na expulsão dos holandeses que queriam tomar o estado de Pernambuco e ao infortúnio pensamento de ligar-se ao fenômeno chamado de globalização que mais denotava uma “cobiça internacional” pelas terras amazônicas.

A guerra fria com o seu fim trouxe outras prospecções bélicas e de terror e isto criou nos militares o anseio de patriotismo exacerbado. Defender o seu território materno, vivificar o seu espírito de combatente os fizera conhecer as reais e possíveis ameaças que afligiam o país. Ainda no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso em 1996 com a aprovação da PDN marcou grandemente as relações entre civis e militares que outrora eram distantes e dispersivos.

A finalidade da Política de Defesa Nacional era o de “fixar os objetivos para a defesa da federação, bem como, treinar e preparar para o emprego quando se fizesse necessário, isto ocorreria em todos os níveis e em todas as esferas do poder com o envolvimento linear e indispensável dos seguimentos civis e militares” (PDN, 1996). Com esta nova diretriz regimentada e promulgada como lei as questões que antes eram de caráter pertinente aos militares agora passa a ser comungada e decidida por outros membros da sociedade, incluindo intelectuais civis nessas questões.

Em 1999 é criado o Ministério da Defesa, o que reforçou bastante o novo modelo de gerenciamento da defesa e da segurança no Brasil, agraciando como comandantes de alta patente os intelectuais civis, muito embora sendo mantidas algumas prerrogativas aos militares. A primeira PDN consolidava as bases para uma Política de Defesa baseando-se em alguns fatos ligados ao período Pós-Guerra, tais como o tráfico de drogas e o terrorismo. Durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva foi instituído o Decreto n.º 5.484, de 30 de junho de 2005, no seu inciso I é entendido:

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

[...] a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

Nesta mesma legislação reza o seu inciso II o conceito de Defesa Nacional como: “[...] o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. A explicitude na PDN (2005) sobre defesa aponta os vieses de ações tomadas pelo Estado, qual quer que seja direcionada para a área social, política, econômica ou ainda qualquer outra incite direta ou indiretamente para salvaguardar em defesa do país.

Os estudiosos do tema como Silva (2004) e Nascimento (2005), são categóricos em afirmar que a nova PDN traz uma política que consolida a Amazônia e a prioriza estrategicamente para a defesa nacional. As afirmações são claras e notórias na citação abaixo:

4.3 O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas.

4.4 A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestre, o que condiciona o uso das hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Estas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais.

4.5 A vivificação, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia. [...]

O Programa Calha Norte, por meios das ações advindas de ordens civis e militares atuam diretamente em consonância em defesa da Amazônia e investe na região ensinada a depender de seu orçamento. O Ministério da Defesa recebe um orçamento anual e isto não é baixo, haja vista, os gastos serem muitos. A folha de pagamento mantém os proventos dos ativos, os da reserva e os pensionistas, acrescentando os gastos com previdência social.

A Nova Política de Defesa Nacional

A PDN torna-se emblemática pelo fato de priorizar a defesa da Amazônia. Tal medida foi tomada após o Sistema Internacional recomendar a presença das forças armadas na região

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

amazônica, tornando-a econômica e comercialmente um leque de oportunidades ainda que indefinida ou instável, mas, unipolar, belicamente com a predestinação de usurpar com os seus mandos os Estados Unidos da América esta região está protegida.

A nova Política de Defesa Nacional eleva a Amazônia às prioridades absolutas para o mundo, partindo da óptica em que todo o mundo a observa com relação a sua posição geoestratégica, os efeitos climáticos, as instabilidades das relações internacionais, os conflitos históricos tais como Árabe e Israelenses, são fatores que fazem desta região ser patrulhada pelas forças armadas brasileiras e cobiçadas pelos Norte Americanos. É neste sentido que a Política de Defesa nacional investe

(...) fortalecimento do processo de integração proporcionado pelo MERCOSUL, o estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos - desenvolvidos no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica - a intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul - resultado de uma ação diplomática positiva e concreta - conformam um verdadeiro anel de paz em torno do País, viabilizando a concentração de esforços com vistas à consecução de projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais. (PDN)

Para Lourenço (2003, p.23-32), a Amazônia tem importância estratégica, observando os critérios da economia, da geografia, demografia, geopolítico, político e ambientais. Dado às riquezas naturais, como os minerais, os vegetais e os animais a região Amazônica é um potencial econômico de alta sustentabilidade, o maior problema para a pungência desta região é a falta de mão de obra especializada, o êxodo decorrente pela falta de emprego, ocasionado assim a falta de renda e perspectiva.

Outro fator preponderante é a concentração de Carbono, as florestas que vivem em constantes questões ambientais. O potencial madeireiro é outro leque que se abre na mesma mão do progresso e da expansão o efeito estufa e o equilíbrio do clima, a mais a sua extensão quase que continental e a tensão fronteiriça com a Colômbia.

A Amazônia sempre esteve e sempre estará em meio às muitas discussões por todos os governos do mundo, pois a água doce e sua escassez fazem dos rios da Amazônia uma propriedade mundial, tal tema não é de grande interesse por parte dos militares, ou seja, este tema não situa em preocupação do PCN e dos militares. É a sua diversidade que faz dela responsável por 1/3 das espécies que existem no planeta o que referencia em todo o mundo acerca dos grandes laboratórios farmacêuticos na exploração dos mananciais de lucros existentes.

As condições gerais que fazem da Amazônia uma região geopoliticamente estratégica foram vislumbrados da compreensão e da consagração de alguns fatores observados durante a Guerra

Fria entre EUA e Rússia. Porém, vale ressaltar que durante a Segunda Guerra Mundial o Brasil abre concessão de terras para os EUA, ocasião que ocorre o plantio da borracha em Fordlândia e em Belterra e a mais atual, a compra de grandes latifúndios adquirida por Organizações Não Governamentais (ONGs) que estão “interessadas” em preservar o meio ambiente.

A Região do PCN

A grande área que compreende o Programa Calha Norte é uma afortunada ao se comparar com outras regiões que oferecem condições de sustentabilidades, mas não com a expressão da qual os seus idealizadores, outrora militares atentaram para essa proteção da saída de divisas em espécies vivas ofertadas pela fauna e flora e os seus mantenedores naturais e de fato o Homem Amazônida.

Os estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão não são contemplados como Programa Calha Norte, porém é detentor abrangente de uma região onde tem a maior concentração de reservas de biodiversidades do país e do planeta, a Amazônia. A biodiversidade oferecida gratuitamente pela natureza, também detém em seu leito vigoroso de florestas os muitos biomas, crescendo assim o interesse em resguardar todas as formas de vida e sistemas que enaltecem o homem desta região que ainda não descobriu o todo do potencial que esta região continental e diversidades podem lhes oferecer.

Os estados do Amazonas, Rondônia e Acre contemplam o PCN com uma área de fronteira de 150 km, além desta área, 96 municípios são áreas fronteiriças na faixa de 6 estrados componentes do programa, tendo ainda os municípios que margeiam a esquerda do Rio Juruá no Amazonas e as comunidades ribeirinhas do entorno da Ilha de Marajó no Pará.

Segundo os relatórios datados de 2007 do Ministério da Defesa, especifica-se em seus relatórios que esta região é detentora de cerca de 10% de toda água doce do planeta e 5% de toda biodiversidade que se tem conhecimento no planeta, ou seja, com todas essas informações se faz necessário não somente por parte das Forças Armadas, mas de uma celeuma de pessoas. Os dados oferecidos pelo Ministério da Defesa nos trouxeram a compreensão da necessidade de investir nas políticas públicas emergenciais protetivas e sociais, na defesa das fronteiras e na segurança da região.

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)

Moisés Daniel de Sousa dos Santos

Tomados da importância de promover tais políticas viu-se que a demografia também foi motivo de preocupação, observou-se através deste relatório que havia menos de 2 habitantes por Km², ou seja, o êxodo acontecia por não haver políticas assistências por parte dos governos, levando às cidades abarrotarem de pessoas sem uma qualificação profissional.

Ainda em 2007, a população da Amazônia Legal contabilizou 23,6 milhões, ou seja, isto significa 13% do total da população do País e 51,8% maior que em 1950. São cerca de 28 milhões de hectares que a Calha Norte paraense ocupa, ou seja, 23% do Estado do Pará. Tão grande é esta área que abarrotaria os estados de São Paulo e Alagoas.

Os municípios de Alenquer, Almeirim, Curuá, Faro, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa ao norte do Rio Amazonas são agraciados pelo PCN. É esta região que obtém o maior conjunto de áreas protegidas, tais como; as Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Terras Quilombolas, todos estes municípios são compostos pelas Florestas Tropicais mensuradas em 22 milhões de hectares. Vale ressaltar que somadas as áreas de proteção do Estado do Amapá e Amazonas, a Calha Norte paraense detém o maior corredor de biodiversidade do planeta.

Dentre os 194 municípios que compõem o Programa Calha Norte até 2007 eram 27 os municípios paraenses, sendo que 95 compreendem a faixa fronteira em 6 estados da Federação conforme quadro abaixo:

ACRE (22 MUNICÍPIOS)		
Acrelândia	Jordão	Rodrigues Alves
Assis Brasil	Mâncio Lima	Cruzeiro do Sul
Brasiléia	Manoel Urbano	Sena Madureira
Bujari	Marechal Thaumaturgo	Epitaciolândia
Capixaba	Plácido de Castro	Tarauacá
Santa Rosa do Purus	Rio Branco	Feijó
Porto Acre	Porto Walter	Xapuri
Senador Guiomard		
AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)		
Amapá	Macapá	Santana
Calçoene	Mazagão	Serra do Navio
Cutias	Oiapoque	Tartarugalzinho
Ferreira Gomes	Porto Grande	Vitória do Jarí
Itaubal	Pedra Branca do Amapari	Laranjal do Jarí
Pracuúba		
AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)		
Alvarães	Eirunepé	Nova Olinda do Norte
Amaturá	Envira	Novo Airão
Anamá	Fonte Boa	Novo Aripuanã
Anori	Guajará	Parintins
Apuí	Humaitá	Pauini
Atalaia do Norte	Ipixuna	Presidente Figueiredo

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)

Moisés Daniel de Sousa dos Santos

Autazes	Irاندوبا	Rio Preto da Eva
Barcelos	Itacoatiara	Santo Antônio do Içá
Barreirinha	Itamarati	São Gabriel da Cachoeira
Benjamin Constant	Itapiranga	São Paulo de Olivença
Beruri	Japurá	São Sebastião do Uatumã
Boa Vista do Ramos	Juruá	Silves
Boca do Acre	Jutai	Santa Isabel do Rio Negro
Borba	Lábrea	Tabatinga
Caapiranga	Manacapuru	Tapauá
Canutama	Manaquiri	Tefé
Carauari	Manaus	Tonantins
Careiro da Várzea	Maraã	Urucará
Coari	Maués	Urucurituba
Codajás	Nhamundá	
PARÁ (27 MUNICÍPIOS)		
Afuá	Curuá	Ponta das Pedras
Alenquer	Faro	Portel
Almeirim	Gurupá	Faro
Anajás	Juriti	Salvaterra
Bagre	Melgaço	Santarém
Breves	Monte Alegre	Santa Cruz do Arari
Cachoeira do Arari	Muaná	São Sebastião da Boa Vista
Chaves	Óbidos	Soure
Currálinho	Oriximiná	Terra Santa
RONDÔNIA (52 MUNICÍPIOS)		
Alta Floresta do oeste	Espigão do Oeste	Porto Velho
Alto Alegre dos Parecis	Governador Jorge Teixeira	Presidente Médici
Alto Paraíso	Guajará-Mirim	Primavera de Rondônia
Alvorada do Oeste	Itapuã do Oeste	Rio Crespo
Ariquemes	Jaru	Rolim de Moura
Buritis	Ji-Paraná	Santa Luzia do Oeste
Cabixi	Machadinho do Oeste	São Felipe do Oeste
Cacaulândia	Ministro Andreazza	São Francisco do Guaporé
Cacoal	Mirante da Serra	São Miguel do Guaporé
Campo Novo de Rondônia	Monte Negro	Seringueiras
Candeias do Jamari	Nova Brasilândia do Oeste	Teixeirópolis
Castanheiras	Nova Mamoré	Theobroma
Cerejeiras	Nova União	Urupá
Chupinguaia	Novo Horizonte do Oeste	Vale do Anari
Colorado do Oeste	Ouro Preto do Oeste	Vale do paraíso
Corumbiara	Parecis	Vilhena
Costa Marques	Pimenta Bueno	Pimenteiras do Oeste
Cujubim		
RORAIMA (15 MUNICÍPIOS)		
Alto Alegre	Caracarái	Pacaraima
Amajari	Caroebe	Rorainópolis
Boa Vista	Iracema	São João da Baliza
Bonfim	Mucajái	São Luiz do Anauá
Cantá	Normandia	Uiramutã

Situação Atual

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

A revitalização do PCN desencadeado em 1997 vem a passos longos se concretizando devido a disseminação da metodologia aplicada no Programa. Em consonância com o propósito do governo federal de integrar as suas ações efetivamente na Amazônia, com bases no Plano Plurianual 2008-2011, almejando e objetivando o alcance na esfera social do Programa. A metodologia implica no incessante esforço de coordenar a administração pública, articulando o Programa nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal. Valorizar as alianças e os pactos entre as parcerias em outras esferas, tais como as entidades de ensino, de pesquisa, de planejamento, ONGs e associações, todas visando a sustentabilidade da Amazônia.

Assim não surpreendendo a quantidade, a veracidade e a qualidade entre as parcerias que gerenciam o Programa. O PCN transcende o objetivo inicial que era somente de resguardar a Amazônia, portanto, se faz necessário o entendimento para os relevantes interesses geoestratégicos e políticos do Programa Governamentais em que se faz necessária a presença dos programas nos lugares inóspitos para assegurar a soberania brasileira da região. O Projeto Calha Norte tem na sua base a despreensão em particularizar ou em promover politicamente apenas um setor, mas a abranger a todos os seguimentos dos quais se propôs a agir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade de implementar é o ponto forte do PCN, as ações realizadas através das parcerias e convênios com os poderes constituídos, sociedades organizadas e as Organizações Não Governamentais lhes dá este crédito, seguido de fiscalizações rigorosas no que tange a aplicabilidade dos recursos que são a mola propulsoras para que seja alcançada com sucesso os objetivos.

Os pontos fracos do PCN passaram por uma remodelagem devido a falta dos recursos, uma nova metodologia, novos formatos institucionais se fizeram necessário para que o PCN não caísse no descrédito, mas tudo isso foi contornado a tempo, pois uma diagnose detectou que as restrições orçamentárias deixavam a desejar para o melhor desenvolvimento do Programa.

As Emendas Parlamentares alavancaram o sucesso do PCN que tem nas suas diretrizes o Programa de Políticas Públicas, ou seja, contribui diretamente no desenvolvimento da região financiando obras que dificilmente pela distancia entre o governo central e a região e com os recursos do próprio município jamais seriam contornados em tempo hábil e a contento.

A fronteira estratégica ou ação (ações) estratégicas do Programa Calha Norte (PCN)
Moisés Daniel de Sousa dos Santos

Gerenciado por militares o Programa Calha Norte, desempenha estreita relação com os civis no que tange à captação de recursos para que o programa atinja as suas metas. No entanto, em caso de Emendas de parlamentares para a captação de recursos financeiros, a aceitação fica a critério dos gerenciadores do Programa.

O conjunto de informações, através de entrevistas demonstraram que o processo de gerenciador do PCN e a sua implementação em Monte Alegre – Pará, tem atingido os seus objetivos e as diretrizes estratégicas dentro da metodologia do programa, ainda que haja dificuldades nas realizações de uma das ações o Programa Calha Norte oferecerá sempre uma forma de superação dos obstáculos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa - Estratégia Nacional de Defesa, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa - Política de Defesa Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Amazônia Legal. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/publicacoes/evolucao_1.pdf. Acesso em: 16 fev. 2014.

COSTA, E. P. L. D. **O Projeto Calha Norte: Antecedentes Políticos**. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.

IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2011. Disponível em; <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/calha-norte>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2014

LOURENÇÃO, H. J. **A Defesa Nacional e a Defesa da Amazônia: O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)**. Campinas: São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/bc/pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

SOUZA, A. B.; CASTRO, C. A Defesa Militar da Amazônia: Entre História e Memória. In: CASTRO, C. (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 31-67.

Recebido em: 11 de dezembro de 2021

Aceito em: 27 de dezembro de 2021